

EFEITO *CROWDING-OUT* (EXCLUSÃO) ENTRE ORÇAMENTOS DE POLÍTICAS DE RENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS EM PAÍSES DA OCDE

CROWDING-OUT EFFECT BETWEEN INCOME POLICIES AND PUBLIC SERVICES BUDGETS IN OECD COUNTRIES

LUCIANO HENRIQUE FIALHO BOTELHO¹

Universidade Federal de Viçosa

• <https://orcid.org/0000-0002-9225-1266>
luciano.botelho@hotmail.com

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA LOUZANO

Universidade Federal de Juiz de Fora

• <https://orcid.org/0000-0002-2920-8003>
jplouzano@gmail.com

THIAGO DE MELO TEIXEIRA DA COSTA

Universidade Federal de Viçosa

• <https://orcid.org/0000-0002-0521-3799>
thiagocosta@ufv.br

DAVI AUGUSTO SANTANA DE LELIS

Universidade Federal de Viçosa

• <https://orcid.org/0000-0002-9307-7132>
davi.lelis@ufv.br

RESUMO

Desafios como a globalização e a economia digital estão afetando o mercado de trabalho e causando exclusões sociais. Assim, entende-se pela relevância das políticas de renda, sendo essas responsáveis pela segurança financeira do cidadão. Nesse inserto, objetivou-se avaliar a expansão orçamentária das políticas de renda, entre 1970 e 2019, além de verificar se há efeito *crowding-out* (exclusão) entre o orçamento dessas e de serviços públicos, de 2000 a 2019, em países da OCDE. No referencial teórico, abordou-se Estado de bem-estar social, políticas de renda, disputas orçamentárias e austeridade e efeito *crowding-out* (exclusão) e *crowding-in* (complementaridade). Metodologicamente, utilizou-se análises descritivas e gráficas, análises de correlação, testes de causalidade de *Granger* e regressão em painel curto *system GMM*. Os resultados indicaram expansão dos orçamentos para políticas de renda, com destaque para aplicações em sistemas de previdência e pensão. Ademais, observou-se relação mista entre a aceitação da hipótese de *crowding-out* entre as políticas de renda e serviços públicos, com tendência de exclusão de serviços públicos para expansão em políticas de renda. Limitações foram observadas pela falta de alguns dados da ampla base utilizada.

Palavras-chave: Políticas de Renda. Estado de Bem-Estar Social. Proteção Social. Serviços Públicos. OCDE.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Artigo apresentado no SemeAd 2022, de 09 a 11 de novembro de 2022, híbrido.

¹ Endereço para correspondência: Ed. Arthur Bernardes, s/n, 2º andar, sl. 218 | Campus Universitário Universidade Federal de Viçosa | 36570-000 | Viçosa/MG | Brasil.

Recebido em 01/07/2023. Revisado em: 14/12/2023. Aceito em 06/02/2024 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). Publicado em 08/03/2024.

Copyright © 2024 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

ABSTRACT

Challenges such as globalization and the digital economy are affecting the labor market and causing social exclusion. Thus, the relevance of income policies, which are responsible for the citizens' financial security, is understood. This study aimed to evaluate the budget expansion of income policies between 1970 and 2019 and verify if there is a crowding-out effect between their budget and public services from 2000 to 2019 in OECD countries. The theoretical framework addressed the welfare state, income policies, budget disputes and austerity, and the crowding-out and crowding-in (complementarity) effects. Methodologically, descriptive and graphical analyses, correlation analyses, Granger causality tests, and GMM system short panel regression were used. The results indicated an expansion of income policy budgets, emphasizing investments in social security and pension systems. Also, a mixed relationship was observed between the acceptance of the crowding-out hypothesis and income policies and public services, with a tendency to exclude public services for expansion in income policies. Limitations were observed due to the lack of some data from the broad database used.

Keywords: *Income Policies. Welfare State. Social Protection. Public services. OECD.*

1 INTRODUÇÃO

O século XXI tem marcado a retomada na expansão de graves problemas globais, caso das desigualdades sociais e exclusões econômicas. Alguns motivos são destacados: retomada neoliberal e precarizações trabalhistas resultantes da globalização e economia digital (Banerjee & Duflo, 2020; Bresser-Pereira, 2017; Hemerijck, 2017; Khoma & Vdovychyn, 2020; Piketty, 2014). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também diagnosticou tal cenário e tem criado propostas com foco no combate às desigualdades e distorções econômicas (OCDE, 2021).

O Estado de bem-estar social, nesse contexto, que trabalha sobre o pressuposto de que o Estado deve fornecer garantias de vida digna e segurança por meio de investimento público em políticas sociais, insere-se novamente ao debate político (Draibe & Riesco, 2011; Kerstenetzky & Guedes, 2018; Piketty, 2014), sendo a geração de segurança financeira ao cidadão função do Estado de bem-estar social (Carvalho, 2020; Hemerijck, 2017). Portanto, políticas públicas de renda, responsáveis pelo fornecimento de recursos financeiros ao cidadão, citando aposentadoria e pensão, transferência de renda condicionada e auxílio-desemprego, são relevantes.

Noel (2019) retrata, todavia, que são escassas pesquisas empíricas sobre políticas de renda, as quais são, em certa medida, negligenciadas pelos estudiosos do Estado de bem-estar social. Nos trabalhos existentes, ademais, verificam-se resultados que se opõem sobre a importância do investimento público em políticas de renda (Khoma & Vdovychyn, 2020; Martinelli, 2020; Saraceno et al., 2020; Wispelaere & Stirton, 2017).

Banerjee e Duflo (2020) e Kim e Choi (2020), além disso, têm dialogado a respeito de supostas disputas orçamentárias no âmbito dos Estados, sendo que as políticas de renda podem, para sua consolidação, retirarem recursos de serviços públicos ou até mesmo inviabilizar políticas mais benéficas à promoção de desenvolvimento, dessa forma pode existir um efeito *crowding-out*, o qual entende que para um orçamento crescer outro precisa reduzir. Tal análise se faz mais evidente diante do cenário de austeridade que se baseia na necessidade de cortes de investimentos ou reformas fiscais para gerar desenvolvimento (Rossi et al., 2018).

Diante do exposto, objetiva-se apresentar o avanço temporal do orçamento das políticas de renda entre 1970 e 2019, entendendo a expansão neoliberal a partir dos anos de 1970 e a mudança tecnológica do início do século XXI, e analisar se existe efeito *crowding-out* (exclusão) entre orçamentos de políticas de renda e investimentos sociais em serviços públicos, como educação e

saúde, de 2000 a 2019, em países da OCDE. Tudo isto construído a partir de análises gráficas e avaliações quantitativas, com verificações de causalidade e regressões.

Castles (2005) e Kautto (2002) desenvolveram pesquisas semelhantes sobre políticas de renda e serviços públicos, contudo ainda com dados da década de 1990 e número reduzido de países. Com este artigo, possibilita-se abarcar um amplo período temporal (1970-2019), além de incluir mais países, diante da expansão dos países membros ou parceiros da OCDE - a exemplo do Brasil, país que no início da década de 2000 expandiu o Programa Bolsa Família, grande política de transferência condicionada de renda, e vivenciou ações de austeridade sobre direitos sociais, como reformas previdenciárias, além de valorizações e cortes nos sistemas de educação e saúde (Botelho et al., 2020; Carvalho, 2020; Salvador, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estado de Bem-Estar Social e Políticas Públicas de Renda

O Estado de bem-estar social representa um sistema de proteção social universal a partir da ação social e intervenção econômica do Estado (Esping-Andersen, 1990). Tal organização teve sua primeira formação de sucesso na Inglaterra em 1942, com plano estatal baseado em políticas *Keynesianos-Beveridgianos* para assistir as sociedades em períodos de complexidades sociais pós-guerras mundiais (Esping-Andersen, 1990).

No início do século XXI surgiram grupos de estudiosos propondo um novo Estado de bem-estar social (Esping-Andersen, 2002; Hemerijck, 2017). Tem-se uma alteração de interpretação sobre a aplicação de recursos públicos, a qual passa a ser considerada investimento social alinhado ao desenvolvimento socioeconômico (Draibe & Riesco, 2011). Ademais, visando adequar o modelo às diferentes realidades econômicas e trabalhistas, que envolve globalização e extensão tecnológica e digital, o novo Estado de bem-estar estabeleceu três pilares de bem-estar:

(1) facilitação do ‘fluxo’ do mercado de trabalho contemporâneo e de transições no curso de vida; (2) elevação da qualidade do ‘estoque’ de capital humano e de capacidades; e (3) manutenção de redes sólidas de segurança universal de renda mínima como proteção social e ‘*buffers*’ (amortecedores) de estabilização econômica no envelhecimento das sociedades (Hemerijck, 2017).

No pilar (1) se observa a necessidade de políticas de renda como a previdência social e o seguro-desemprego, dando suporte à sociedade em contextos de dificuldade laboral. Pelo pilar (3), demonstra-se a ambição por políticas de transferências de renda condicionais e incondicionais, focando em proteção social e investimento social. O pilar (2) trata da importância no investimento social em educação e geração de capacidades.

Como se verifica, existiu um fortalecimento do entendimento sobre a relevância das políticas públicas de renda (pilares 1 e 3), as quais são fundamentais para a manutenção da segurança financeira dos cidadãos, o que, na visão de (Carvalho, 2020; Hemerijck, 2017), é missão do Estado de bem-estar social.

Entende-se que as políticas de renda possuem papel fundamental de proporcionar redistribuição de renda, assim como os serviços públicos, a exemplo da educação e saúde, que funcionam como políticas de redistribuição material de renda (Rossi et al., 2018). Parijs e Vanderborght (2018), além disso, retratam que as políticas de renda possuem o maior potencial para atenuar as elevadas inseguranças econômicas e exclusões sociais do século XXI, grande exemplo foi observado com base nos resultados da Renda Emergencial no Brasil durante a pandemia de Covid-19 (Gonzalez & Barreira, 2020). Suplicy (2004) complementa apontando que a disponibilidade de recursos em dinheiro, via políticas de renda, consiste no desenho mais

eficiente para gerar cidadania, uma vez que o grau de liberdade fornecido possibilita que as famílias escolham como atacar seus principais incômodos, e promover capacidades.

Os tipos e objetivos das políticas de renda são sintetizados na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1

Tipos de Políticas de Renda e seus Objetivos

Políticas	Meios	Objetivos	Autores
Renda incondicional.	Renda Básica Universal (RBU), disponível para toda a sociedade.	Mitigação da pobreza, proteção social, investimento social e impulso econômico.	Carvalho (2020); Martinelli (2020); Noel (2019); Banerjee e Duflo (2020); Saraceno et al. (2020).
Renda condicional.	Políticas de transferência de renda condicionadas aos exercícios de bem-estar (exemplo no suporte à educação e saúde dos filhos).	Quebra do ciclo intergeracional da pobreza, mitigação da pobreza, proteção social, investimento social e impulso econômico.	Banerjee e Duflo (2020); Carvalho (2020); Pase e Melo (2017); Roque e Ferreira (2015).
Renda vinculada à incapacidade de trabalho.	Previdência social, assistência social e seguro-desemprego.	Mitigação da pobreza, proteção social e impulso econômico.	Kim e Choi (2020) e Botelho et al. (2020).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, debate-se a respeito do contexto econômico e orçamentário em torno das políticas públicas de renda.

2.2 Necessidade de Recursos, Disputas Orçamentárias e Austeridade

Diferentemente da necessidade orçamentária para a implementação de políticas de Renda Básica Universal (RBU), que envolvem debates mais complexos de viabilidade financeira, as políticas de assistência na dificuldade laboral e transferência condicional não demandam grandes mudanças tributárias e, mesmo assim, enfrentam resistências, principalmente devido à imposição de substituição orçamentárias e políticas de reformas fiscais e de austeridade.

Analisando disputas orçamentárias em países da OCDE, Castles (2005) identificou, entre 1990 e 2001, migração de transferências de renda para investimentos em serviços públicos, em especial diante de reformas previdenciárias. Também avaliando estratégias de redistribuição entre políticas de renda e/ou serviços públicos, Kautto (2002) relata, assim como Castles (2005), que nos anos 90 ocorreram expansões nos serviços, para países da Europa Ocidental, em detrimento às políticas de renda, em função das necessidades dos Estados de bem-estar social aplicarem em saúde, em um contexto de envelhecimento populacional. Busemeyer e Garritzmann (2017), observando o efeito da globalização sobre as ações do Estado de bem-estar social, em países da OCDE, argumentam que investimentos sociais em serviços, como educação, têm sido mais demandados pela sociedade do que políticas de renda, a exemplo do seguro-desemprego.

A respeito das reformas fiscais e neoliberalismo, a partir de 1970, após o período de valorização dos Estado de bem-estar social do pós-guerras, restrições em políticas sociais voltaram a se expandir (Bresser-Pereira, 2018; Kerstenetzky & Guedes, 2018; Piketty, 2014). Sobre o neoliberalismo, Paterson (2015) enfatiza que, para além do livre mercado, esse está sempre em processo de evolução, procurando, a partir de novas regulações, manter o domínio do capital sobre o trabalho. Busca-se incluir o agente privado em setores antes controlados pelo Estado e fortalecer agendas públicas de ações reformistas disciplinadas pelo mercado.

Haja visto o caráter temporal e evolutivo do conceito de neoliberalismo, a ideia de austeridade está presente na nova fase de expansão neoliberal, em adição às noções de liberalização dos mercados e privatizações (Rossi et al., 2018). Blyth (2017) classifica austeridade como “uma

forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhorar cortando o orçamento do Estado [...]”. No entanto, os resultados são: (i) recessão e desemprego e elevação das desigualdades sociais, (ii) cortes tributários e (iii) expansão de serviços privados em educação e saúde.

Partindo do pressuposto que as políticas de renda são importantes no contexto de mercado de trabalho global e digital, são testadas duas hipóteses para este estudo:

- (1) Mesmo diante das políticas de austeridade, as políticas públicas de renda apresentaram expansão orçamentária em sua utilização nos países da OCDE, entre 1970 e 2019;
- (2) A execução de políticas públicas de renda não resulta na redução em orçamentos de serviços públicos, quando se observa dados de 2000 a 2019, período de crescente globalização e economia tecnológica e digital.

Para testar a Hipótese (2), será utilizado o método econômico efeito *crowding-out*. Na sequência, portanto, demonstra-se brevemente sobre estudos similares.

2.3 Efeito *Crowding-out* e *Crowding-in*

O efeito *crowding-out* é um método para análise econométrica que prevê interdependência entre categorias orçamentárias dos governos no financiamento dos investimentos sociais, entendendo que quando um orçamento cresce outro diminui (Kim & Choi, 2020). Em oposição, o efeito *crowding-in* argumenta que dois orçamentos podem crescer simultaneamente, ao passo que podem existir recursos ociosos, mal-empregados ou crescimento de investimento na economia (Fernandez et al., 2018).

Fernandez et al. (2018) avaliaram se existiu efeito *crowding-out* no Brasil entre investimentos públicos e privados entre 1995 e 2014. A conclusão é que a longo prazo ocorreu efeito *crowding-in*, ou seja, houve complementaridade entre investimentos públicos e privados. Também analisando investimento econômico, Farla, De Crombrugghe e Verspagen (2016) utilizaram o efeito *crowding-out* para identificar a influência de investimentos estrangeiros sobre investimentos domésticos, além do papel da governança sobre essa relação.

Já Hossain (2014) investigou, pelo efeito *crowding-out*, se políticas de transferência de renda podem impedir o empenho de trabalhadores no mercado de trabalho. O experimento indicou que quando existe qualidade e regularidade no trabalho, não existe efeito *crowding-out*, prevalecendo a motivação pelo trabalho. Por fim, avaliando se existe efeito *crowding-out* entre orçamentos para criação de creches e para política de idosos em países da OCDE, Bonoli e Reber (2010) concluíram pela existência do efeito, o qual é justificado pela maior facilidade em criar novos investimentos para educação infantil, uma vez que as políticas públicas para idosos se defrontam com os orçamentos já destinados para sistemas de previdência e pensão.

3 METODOLOGIA

Este artigo se caracteriza pela abordagem quantitativa de pesquisa e se utiliza de técnicas analíticas.

3.1 Coleta de Dados e Descrição das Variáveis

Foram apropriados dados secundários sobre benefícios sociais em renda e em espécie, predominantemente em serviços de educação e saúde, disponibilizados pela OCDE, organização que engloba 43 países, conforme aponta a Tabela 2, abaixo, favorecendo a ampla análise que se objetivou realizar neste estudo.

Tabela 2
Países da OCDE contemplados pelo estudo

Países Membros		Países Membros		Países Membros	
Região	País	Região	País	Região	País
Oceania	Austrália	Europa	Letônia	América do Norte	Canadá
	Nova Zelândia		Portugal		Estados Unidos
Europa	Áustria		Lituânia	Ásia	Israel
	Bélgica		Luxemburgo		Japão
	República Checa		Países Baixos		Coréia
	Dinamarca		Noruega	Países Participantes	
	Estônia		República Eslovaca		
	Finlândia		Eslovênia	Região	País
	França		Espanha	América Central	Costa Rica*
	Alemanha		Suécia	América do Sul	Brasil
	Grécia		Suíça	África	África do Sul
	Hungria		Itália	Ásia	Indonésia
	Islândia		México		China
	Irlanda		Chile		Rússia*
	Polônia	Colômbia			
	Reino Unido	Peru			

* Não são membros e nem participantes, porém possuem dados na pesquisa da OCDE.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Informações sobre políticas de renda desagregadas, aposentadoria e pensão, transferência condicional de renda e auxílio-desemprego também foram utilizadas. A Tabela 3 descreve sobre origem e período dos dados utilizados. As análises das diferentes políticas de renda são importantes no entendimento de quais são as maiores mudanças no período em avaliação.

Tabela 3
Descrição das variáveis

Variável	Código	Estudo OCDE	Descrição	Período
Políticas de renda geral	PRenda	Benefícios sociais para famílias, em dinheiro.	Transferência em dinheiro para diferentes fins. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1970-2019
Serviços públicos	ServiçoP.	Benefícios sociais para famílias, em espécie.	Investimentos Públicos para fornecimento de bens ou serviços. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1970-2019
Aposentadoria e pensão	AeP.	Investimentos com pensão.	Prestações relacionadas à velhice. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017
Auxílio-Desemprego	AuxDes.	Investimentos públicos com o desemprego.	Auxílio durante desemprego. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017
Transferência de renda condicionada	Transf.R	Família beneficiada com investimentos públicos, em dinheiro.	Transferências de dinheiro para apoio à investimento em educação e saúde e isenções fiscais. Em percentual sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país e de acordo com os dados disponíveis para cada ano.	1980-2017

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em OCDE (2021).

Este estudo se utiliza, ainda, de variáveis de controle para os testes estatísticos e avaliações econométricas executadas, as quais estão disponíveis na Tabela 4.

Tabela 4
Variáveis de controles

Variável	Código	Descrição	Período	Relação Teórica
<i>Desemprego</i>	TDesemp.	Este indicador é medido em números de pessoas desempregadas como porcentagem da força de trabalho.	2000-2019	Níveis de desemprego estão associados às despesas com proteção social, como o seguro-desemprego.
<i>Demografia</i>	PIA	A população em idade ativa é definida como aquela com idade entre 15 e 64 anos.	2000-2018	A condição demográfica está relacionada às políticas de renda, principalmente no que se refere aos sistemas de previdência e pensão. Os serviços de saúde, por exemplo, também são afetados.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em OCDE (2021).

Na sequência, aborda-se a operacionalização das variáveis apresentadas, com fins nos objetivos e hipóteses deste estudo.

3.2 Operacionalização dos Resultados

Para testar a Hipótese 1, são executadas análises descritivas e gráficas, visando observar as variações dos dados ao longo do tempo. É importante ressaltar que neste momento os dados de políticas públicas de renda e serviços públicos são apresentados a partir das médias dos percentuais dos PIBs investidos pelos países da OCDE. Com a finalidade de avaliar a Hipótese 2, na sequência, são realizados testes estatísticos e econométricos para dados em painel, sendo que as avaliações em painel compreendem a combinação de análises com dados temporais, de 2000 a 2019, e espaciais, 43 países membros da OCDE (*cross section*).

A avaliação econométrica de *crowding-out*, neste estudo, segue os caminhos traçados por Kim e Choi (2020), a partir de quatro etapas: (1) Análise Estatística Descritiva (AED); (2) Análise de Correlação; (3) Teste de Causalidade de *Granger* para dados em painel e (4) Regressão em painel curto, no caso deste artigo com o Método de Momentos Generalizados (*System GMM*), para observar a robustez dos resultados.

A AED procura compreender o comportamento das variáveis antes de aplicá-las ou adaptá-las. Na AED, realizam-se os testes de normalidade de *kolmogorov-smirnov* e *shapiro-wilk*, os quais refutam a normalidade das distribuições a partir de níveis de significância inferiores a 0,05. O teste de correlação de *Spearman* (para variáveis não paramétricas), objetiva quantificar as associações entre duas variáveis. São consideradas correlações relevantes as que apresentam coeficientes superiores a 0,5.

O teste causalidade de *Granger* trabalha com base em relações preditivas, nas quais o passado pode afetar o presente e o futuro, entre duas variáveis para dados em painel. Portanto, o referido teste representa uma evolução dos testes de correlação, no qual se utiliza da relação de valores presentes e passados das variáveis (Granger, 1969). São encontradas causalidades ou predições em testes com níveis de significância menores que 0,05. Para a aceitação da Hipótese 2, espera-se encontrar causalidade bidirecional, ou seja, com os serviços públicos causando políticas públicas de renda assim como as políticas de renda causando os serviços públicos.

No presente estudo, o teste de causalidade de *Granger* também é utilizado com base no método desenvolvido por Dumitrescu e Hurlin (2012) para dados em painel heterogêneos, o qual é interessante para comparações entre países pela possibilidade de observações de causalidade

individual por país. É importante ressaltar que o referido modelo demanda que os dados sejam balanceados, o que resultou na necessidade de retirada de alguns países.

A regressão em painel favorece a associação entre uma variável dependente e variáveis independentes. A utilização do painel dinâmico pelo modelo de painel curto GMM é relevante quando não se tem certeza sobre a normalidade das distribuições dos dados e, diante de possível, endogeneidade (existência de correlação entre a variável dependente e o erro), o que é comum em dados econômicos (Silva & Cabral, 2021).

Para solucionar as dificuldades anteriores, são aplicadas defasagens nas variáveis dependentes e independentes (Arellano & Bond, 1991). É importante destacar que foi aplicado o modelo de painel curto *System GMM*, procurando minimizar vieses e apresentar estimações mais eficientes, sendo esse um aperfeiçoamento, desenvolvido por Blundell e Bond (1998), para o método GMM.

Para avaliar a Hipótese (2), apresenta-se a Equação (1), abaixo, que contempla as variáveis principais do estudo, sendo a *PRenda* variável dependente e a variável *ServiçoP* independente, assim como as variáveis de controle:

$$(1) \quad PRenda_{it} = \alpha_i + \beta_1 PRenda_{it-1} + \beta_2 ServiçoP_{it} + \beta_3 TDesemp_{it} + \beta_4 PIA_{it} + e_{it}$$

Destaca-se, ainda, que foi estimado o *System GMM* em um estágio, com controle dos excessos de instrumentos (comando STATA “*collapse*”), ajuste para amostras pequenas (comando STATA “*small*”) e desvios ortogonais (STATA comando “*orthogonal*”), assim como também fizeram Silva e Cabral (2021) (Roodman, 2009).

Com relação à avaliação dos resultados do modelo, interpreta-se o valor dado pelos coeficientes das variáveis; o *p-valor* (*prob > f*), que analisa a significância do modelo como um todo, e o *p-valor* (*prob > t*) para cada variável do modelo, ambos com resultados inferiores a 0,05. Além disso, é importante verificar o teste de *Hansen*, que analisa a validade dos instrumentos em relação à não correlação com o termo de erro e exclusão das variáveis endógenas, o qual deve apresentar *p-valor* maior que 0,05 e o teste de *Arellano e Bond* de autocorrelação serial, responsável por observar autocorrelações de primeira e segunda ordens, sendo necessária presença de autocorrelação de primeira ordem (*p-valor* menor que 0,05) e ausência de autocorrelação de segunda ordem (*p-valor* maior que 0,05).

Neste estudo, por fim, também no âmbito das associações entre políticas públicas de renda e serviços públicos, são avaliados os alinhamentos e exclusões por análises gráficas entre 2010 e 2019 de forma regionalizada, de acordo com a disponibilidade de dados, seja por região, continente ou país.

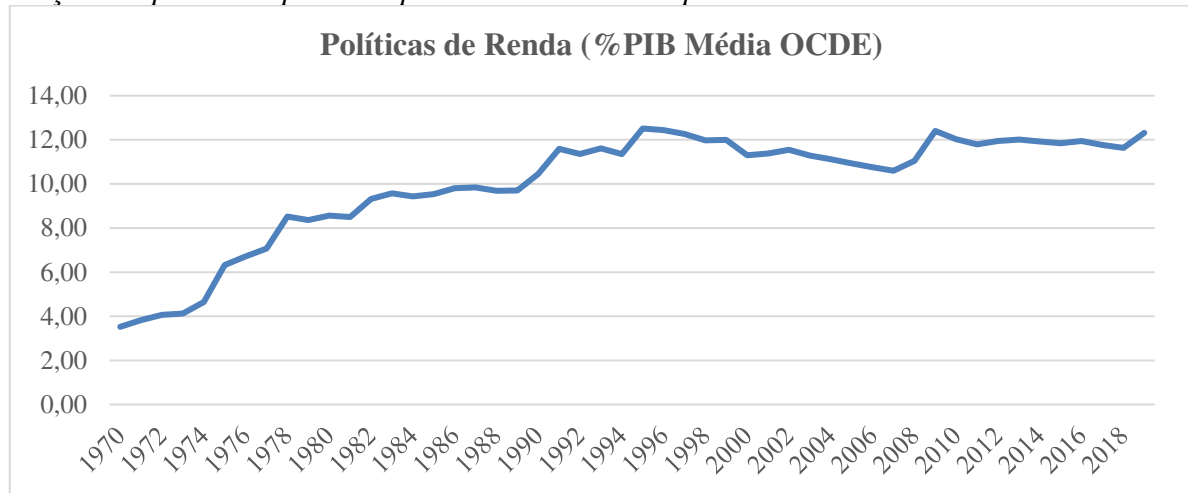
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avanço Temporal do Orçamento das Políticas Públicas de Renda em Países da OCDE: 1970 a 2019

Os dados da década de 1970 são limitados, apenas com informações de 5 países (Austrália, Finlândia, França, Coréia e Estados Unidos da América). Contudo, como se verifica na Figura 1, de 1970 até 1979 o percentual médio do PIB aplicado pelos países descritos em políticas de renda cresceu de 3,52% para 8,36%, o que representou a maior expansão para as cinco décadas estudadas (137,50%), com a ressalva de que o reduzido escopo de análise facilita a expansão da média, assim como a inclusão de dados da Finlândia em 1975 e da França apenas em 1978, sendo esse último o maior aplicador em percentual do PIB para políticas de renda no período (aproximadamente 15%).

Figura 1

Evolução temporal das políticas públicas de renda em países da OCDE



Fonte: OCDE.

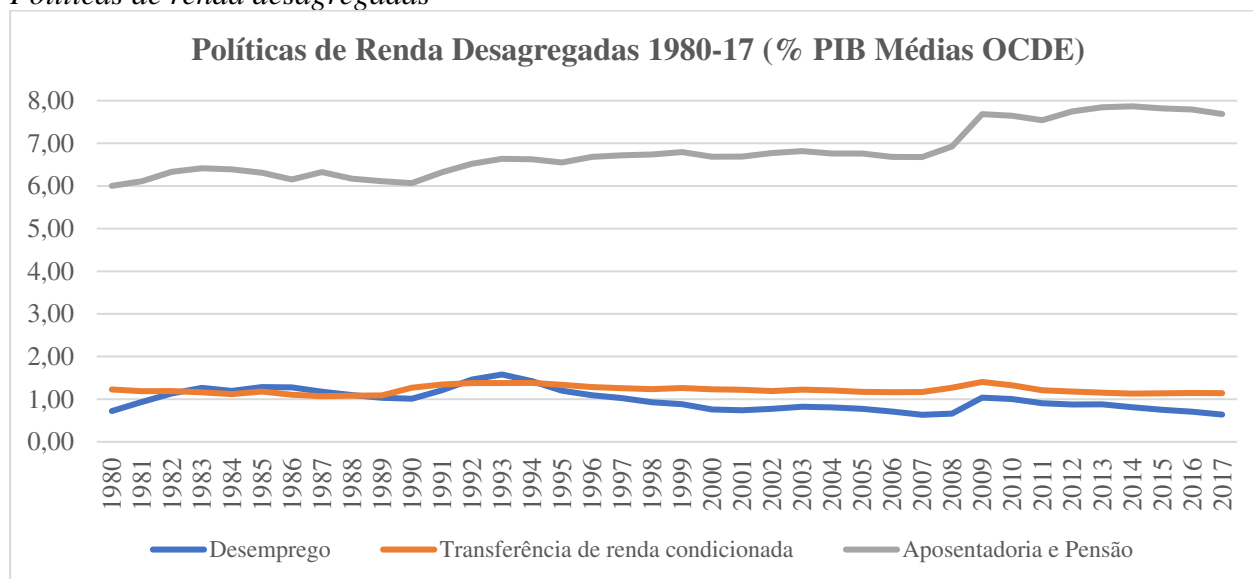
O panorama de fortalecimento do neoliberalismo no período pode ter colaborado para as taxas de investimento público em políticas de renda relativamente baixas para o período (Hemerijck, 2017; Piketty, 2014). Ademais, as condições demográficas de envelhecimento populacional, que reforçam principalmente a necessidade de programas de previdência e pensão, expandiram-se bastante desde então. O cenário não foi diferente para o espaço temporal entre 1980-1994, com dados para nove países indicando expansão em percentual do PIB de 32,59%, tendo destaque a elevação da aplicação na Finlândia e inclusão e expansão dos investimentos realizados pelo Reino Unido e Canadá.

A partir de 1995, o escopo de análise com países da OCDE ganha bastante potencial, ao passo que a avaliação passa a contemplar todos os 43 países da organização. Da mesma forma que apontaram Castles (2005) e Kautto (2002), observam-se quedas em percentual do PIB sobre os investimentos em políticas de renda, de cerca de 12% do PIB em 1994/1995 para 10% em 2005/2006. O contexto austero e possível substituição por aplicações em serviços públicos podem ser explicações plausíveis (Castles, 2005; Kautto, 2002; Khoma & Vdovychyn, 2020; Kim & Choi, 2020; Rossi et al., 2018).

Após 2007, por outro lado, é visível uma mudança de direção em termos de investimento e proteção social por políticas de renda. Ocorreu elevação do percentual do PIB à posição próxima à média visualizada em 1994/1995 e manutenção desse nível, de aproximadamente 12%, do PIB até 2019. Em resposta à H1, portanto, pode-se argumentar que houve expansão orçamentária em 1970 e 2019 nos países da OCDE.

Pelo entendimento de Castles (2009), da importância das políticas de transferência de renda, e de Pase e Melo (2017), da evolução das políticas de transferência condicional de renda, poderia se afirmar pela valorização dessas políticas no período. Contudo, Noel (2019) argumenta que conjunturas econômicas complexas vêm afetando os investimentos em políticas de transferência de renda. Desse modo, torna-se relevante verificar de forma desagregada as políticas de renda nos países da OCDE, o que é realizado pela Figura 2.

Figura 2
Políticas de renda desagregadas



Fonte: OCDE.

Constata-se que a expansão na aplicação em políticas públicas de renda, a partir de 2006, teve maior vínculo com políticas de previdência social e pensão, enquanto houve leve redução em auxílio-desemprego e manutenção do percentual do PIB investidos em políticas de transferência de renda. Envelhecimento populacional, medidas de austeridade e complexidades econômicas podem ser explicações (Castles, 2005; Noel, 2019; Rossi et al., 2018). Além disso, há possibilidade de existirem disputas internas entre as políticas de renda, com a expansão das políticas de previdência e pensão limitando as demais (Bonoli & Reber, 2010; Banerjee & Duflo, 2020).

A priorização por investimentos em serviços públicos, em detrimento às políticas de renda, dialogadas por Busemeyer e Garrizmann (2017), no panorama contemporâneo de globalização e economia digital, podem ter influência nesses resultados. Assim, na sequência, trata-se sobre o efeito *crowding-out* entre políticas de renda e serviços públicos entre 2000 e 2019, período o qual não foi contemplado em Castles (2005) e Kautto (2002).

4.2 Efeito *Crowding-out* (exclusão) entre Políticas Públicas de Renda e Serviços Públicos

A partir da Tabela 5, visualiza-se sobre características e comportamentos das variáveis utilizadas neste estudo para análise do efeito *crowding-out* sobre políticas de renda e serviço público, entre 2000 e 2019.

Tabela 5
Análise Exploratória de Dados (AED)

Variáveis	Obs.	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Curtose	Assimetria	Normalidade
<i>PRenda</i>	794	1,45	20,62	11,71	4,70	-0,71	-0,35	Não
<i>ServiçoP.</i>	722	4,54	19,39	11,06	3,16	-0,04	0,34	Não
<i>TDesemp.</i>	709	1,90	27,65	7,65	4,05	4,22	1,79	Não
<i>PIA</i>	817	59,70	73,80	66,79	2,57	0,29	0,23	Não

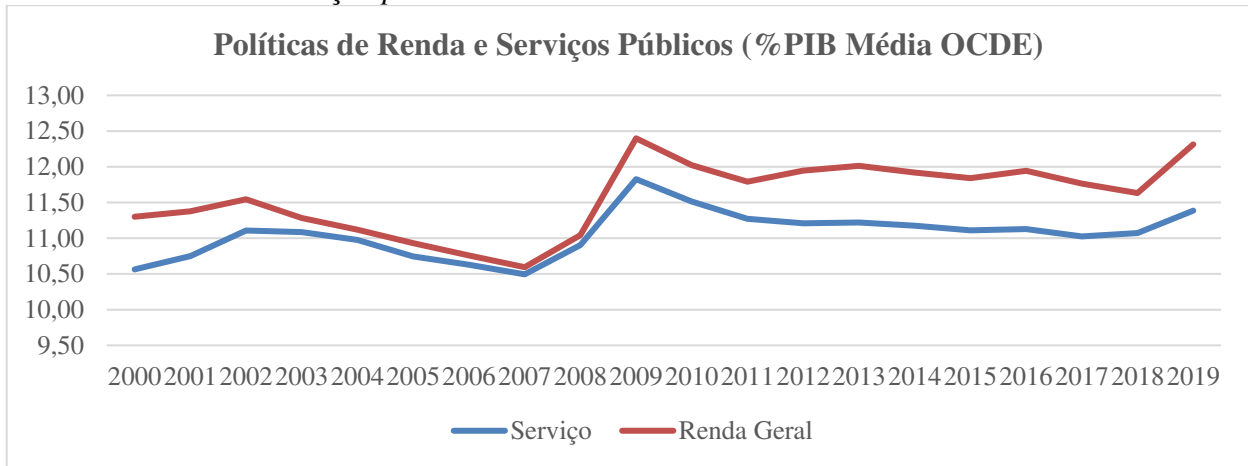
Fonte: Elaboração própria.

Embora as variáveis *PRenda* e *ServiçoP.* apresentem medidas de curtose e assimetria próximas a zero, os desvios padrões elevados indicam dispersões das distribuições. A variável *TDesemp.* possui tanto desvio padrão elevado, quanto medida de curtose e assimetria distantes de

zero. Nesse contexto, todas as variáveis, exceto a PIA, indicam não normalidade nas distribuições, o que foi confirmado pelos testes de *kolmogorov-smirnov* e *shapiro-wilk*, testes esses que também apontaram não normalidade para o indicador PIA.

Prosseguindo nas análises dos resultados, apresenta-se, pela Figura 3, a expansão temporal da relação entre os investimentos sociais em políticas de renda e serviços públicos, no período entre 2000 e 2019, pela média dos países da OCDE.

Figura 3
Políticas de renda e serviços públicos



Fonte: OCDE.

Evidencia-se, pela média dos percentuais do PIB aplicados pelos 43 países da OCDE indicada no Figura 3, a princípio, uma proximidade entre os movimentos para ambas as variáveis. Situação oposta à verificada por Castles (2005) e Kautoo (2002) para países da OCDE na década de 90 e Busemeyer e Garritzmann (2017) nos anos 2000, que apontaram para a expansão dos serviços em detrimento da renda. Assim, com a finalidade de avaliar a Hipótese (2), a qual procura ‘analisar se existe efeito *crowding-out* (exclusão) entre orçamentos de políticas de renda e investimentos sociais em serviços públicos, como educação e saúde, em países da OCDE de 2000 a 2019’, realizou-se o teste de efeito *Crowding-out*, começando pelos testes de correlações, a exemplo de Kim e Choi (2020).

Demonstram-se, pela Tabela 6, os resultados das correlações entre as variáveis Serviços Públicos (ServiçoP.) e Políticas Públicas de Renda (PRenda) por década de análise. É importante relatar que a partir deste momento não são mais utilizadas as médias dos países da OCDE, como no item 4.1 e início do 4.2, mas sim todas as observações para os 43 países nos 20 anos de avaliação, o que deixa mais confiável o diagnóstico estatístico.

Tabela 6
Correlações de Pearson entre ServiçoP e PRenda por período

Correlação de Spearman	2000 -2009	2010 -2019	2000 - 2019
<i>ServiçoP. & PRenda</i>	0,473**	0,399**	0,396**
	0,000	0,000	0,000

**Correlação significativa no nível de confiança de 0,01;

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se a existência de relação direta e mediana entre ambos os investimentos sociais, como aponta a correlação geral (2000-2019) indicando *Crowding-in.*, embora possa ser observada

uma perda dessa força na última década, o que pode representar uma tendência de *Crowding-out*. Apenas os resultados anteriores, no entanto, são insuficientes para as confirmações pretendidas neste estudo. Assim, na sequência, debate-se os resultados dos testes de causalidade de *Granger*.

Tabela 7

Causalidade de Granger entre ServiçoP e PRenda por período.

Causalidade de Granger		2000-2009	2010-2019	2000-2019	2000-2019 (Dumitrescu e Hurlin (2012))
PRenda & ServiçoP.*	Obs.	274	299	645	640
	Prob.	0,029	0,606	0,000	0,000
ServiçoP. & PRenda*	Obs.	274	299	645	640
	Prob.	0,298	0,106	0,014	0,000

Fonte: Elaboração própria. *A variável dependente é apresentada primeiro em cada teste.

Nos testes de causalidade de *Granger*, apresentados na Tabela 7, o *p-valor (prob.)*, quando menor que 0,05, indica causalidade ou precedência entre as variáveis. Dessa forma, os resultados das correlações foram corroborados pelos testes de causalidade de *Granger*, ao passo que no período geral (2000-2019), tanto as políticas de renda causaram ou procederam os serviços públicos quando o oposto também se confirmou, ocorrendo causalidade bidirecional entre as variáveis. Com relação ao mesmo período, ademais, a causalidade de *Granger* pelo modelo heterogêneo de Dumitrescu e Hurlin (2012), importante para comparações entre países, confirmou os resultados.

Quando se observa os períodos reduzidos, por outro lado, verificam-se resultados diferentes. Para o período de 2000-2009, os serviços públicos apresentaram causalidade ou precedência sobre as políticas públicas de renda, sendo que a situação oposta não foi verificada, apontando causalidade unidirecional. Para o espaço temporal 2010-2019, não houve causalidade ou precedências nas relações entre as variáveis. Entende-se, nesse contexto, pelos testes de causalidade de *Granger*, que não existe efeito *crowding-out*, entre 2000 e 2019, entre as políticas de renda e os serviços públicos, no entanto a tendência é percebida, principalmente quando se analisa os resultados de 2010-2019.

Na sequência, pela Tabela 8 são expostos os resultados das correlações de *Spearman* para as variáveis da Equação (1) de regressão em painel *System GMM*.

Tabela 8

Correlações entre todas as variáveis do estudo

Variáveis	ServiçoP.	PRenda	TDesemp.	PIA
ServiçoP.	1	-	-	-
PRenda	0,396**	1	-	-
TDesemp.	-0,085*	0,311**	1	-
PIA	-0,208**	-0,146**	0,219**	1

Fonte: Elaboração própria.

Além das relações já abordadas entre as variáveis PRenda e ServiçoP., observa-se que todas as variáveis independentes apresentaram correlação com a variável dependente PRenda, favorecendo o teste da Equação (1), preestabelecida. O painel desenvolvido e testado neste estudo, portanto, para analisar a associação entre as políticas de renda e os serviços públicos nos países da OCDE, entre 2000 e 2019, foi formado pela PRenda, como variáveis dependente, e as variáveis ServiçoP, PIA e TDesemp. sendo variáveis independentes, das quais, com exceção do ServiçoP., as demais são incluídas como de controle, haja visto o objetivo deste estudo.

A Equação (1) foi validada com p -valor ($prob >f$) = 0,000; teste de Hansen = 0,404, e o teste de Arellano e Bond de primeira ordem = 0,006 e de segunda ordem = 0,675, após geração da regressão em painel System GMM com 566 observações (35 países e 20 anos de análise). A Tabela 9 apresenta os coeficientes e o p -valor ($prob >f$) para cada variável e a constante.

Tabela 9

Resultados da regressão em painel System GMM.

PRenda	Coef.	Erro Padrão	t	p>[t]	Int. Conf. 95%	
<i>PRenda LI.</i>	0,826	0,079	10,43	0,000	0,665	0,987
<i>ServiçoP.</i>	1,296	0,107	12,08	0,000	1,078	1,514
<i>ServiçoP II.</i>	-1,126	0,102	-11,05	0,000	-1,333	-0,919
<i>TDesemp.</i>	0,090	0,031	2,91	0,006	0,027	0,153
<i>PIA</i>	-0,748	0,270	-0,28	0,783	-0,623	0,473
<i>Const.</i>	0,158	1,237	0,25	0,899	-2,356	2,674

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos dados demonstra que o percentual do PIB aplicado em políticas de renda é explicado em 82,6% pelo investimento do ano anterior. É importante ressaltar que tal resultado foi validado após apresentar valores intermediários em comparação aos produtos dos painéis com efeito fixo e *Ordinary Least Squares* (OLS).

Verificou-se, ademais, relações significativas para as variáveis de políticas de renda e serviços públicos em linha, com relação positiva, confirmando a causalidade. Todavia, a avaliação defasada em um ano indica relação significativa e negativa, na qual o investimento em renda caminha na direção oposta ao investimento no ano seguinte em serviço público, situação de *crowding-out*. Enquanto Busemeyer e Garritzmann (2017), Castles (2005) e Kautto (2002) identificaram migração de recursos de políticas de renda para serviços públicos, os resultados anteriores podem apontar na direção oposta, ou seja, tendência de transferências de recursos de serviços para políticas de renda.

O aumento em 1% do PIB aplicado em renda, pelos dados anteriores, pode resultar em redução de 1,12% do PIB aplicado em serviço público na análise defasada em um ano. Corroborando, o Gráfico 3 também indicou um deslocamento superior da renda sobre os serviços a partir de 2018. No subitem 4.3, dialoga-se sobre as relações gráficas entre políticas de renda e serviços públicos de forma regionalizada, entre 2010 e 2019.

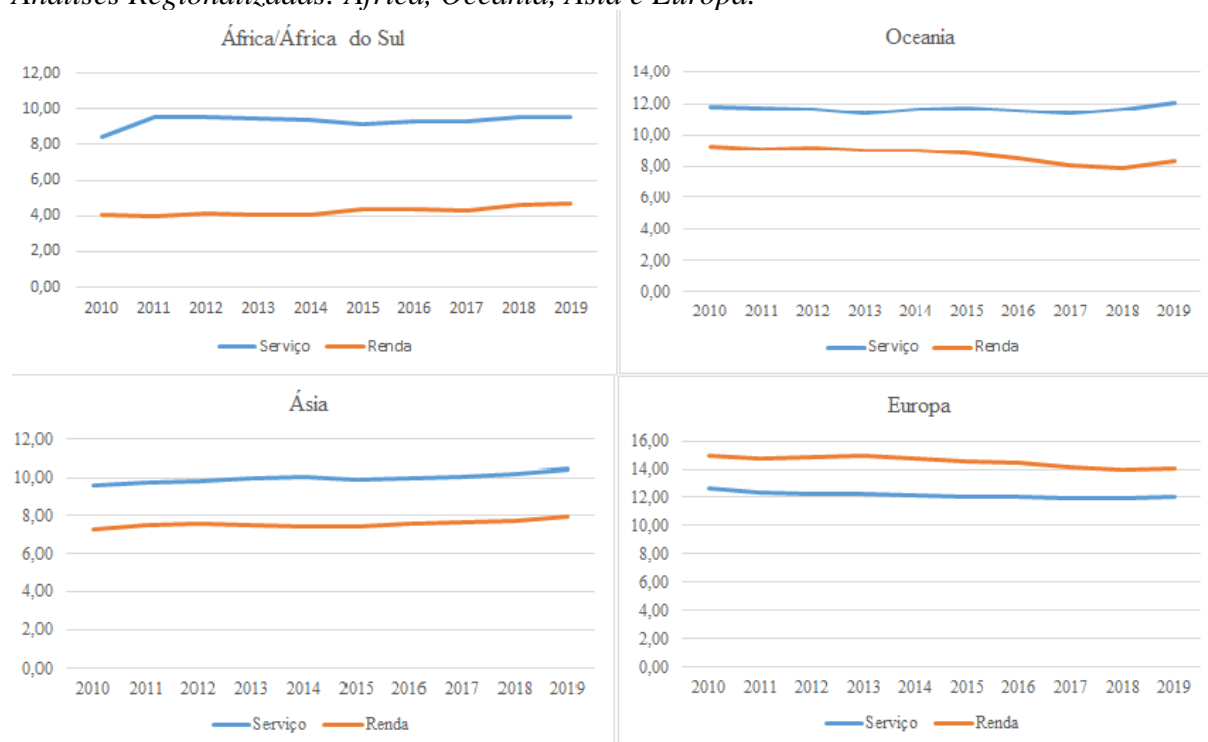
Outra relação significativa foi entre as políticas de renda e a taxa de desemprego, o que está de acordo com o entendimento de que a elevação da taxa de desemprego explica aumentos das aplicações em políticas de renda, em especial no auxílio-desemprego.

4.3 Avaliações Regionalizadas sobre as Relações Políticas de Renda e Serviços Públicos

A Figura 4, abaixo, abarca análises regionalizadas das relações gráficas entre os percentuais dos PIBs médios das regiões/continentes ou do PIB de cada país entre políticas de renda e serviço público, para o período de 2010 a 2019.

Figura 4

Análises Regionalizadas: África, Oceania, Ásia e Europa.



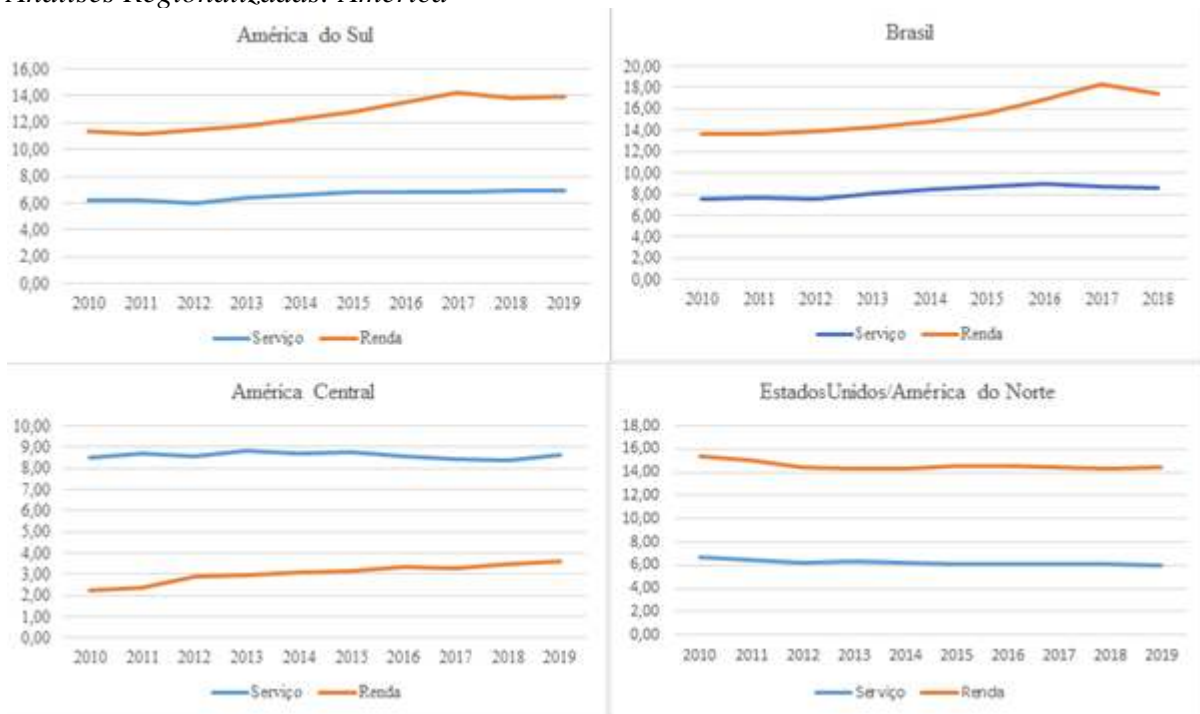
Fonte: OCDE. Obs.: As construções foram limitadas ao período de 2010 a 2019 em função da maior disponibilidade de dados sobre percentuais dos PIBs aplicados em serviços públicos. Aqueles países do Quadro 2 que não possuíam dados completos foram retirados da análise. A análise da África contou apenas com a África do Sul, a da Oceania com Austrália e Nova Zelândia, a da Ásia com Coreia do Sul, Israel, Rússia e Japão e da Europa com Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, República Eslovaca, Suécia e Suíça.

Verifica-se estabilidade de serviços públicos com investimentos superiores às políticas de renda na África (África do Sul), na Oceania e na Ásia. A Oceania possui maior destaque em termos de percentuais investidos em serviços públicos, enquanto a África do Sul tem baixa aplicação do Estado em políticas de renda. As ações dos Estados vinculadas às opções de políticas e direitos sociais provavelmente explicam as diferenças entre essas regiões, assim como suas condições econômicas.

A Europa possui os maiores PIBs investidos, com superioridade das políticas de renda sobre os serviços públicos, assim como na média geral da OCDE, consequência da maioria dos países da OCDE serem europeus. As relações políticas de renda e serviços públicos na Europa estão estáveis e com leve queda de percentual do PIB aplicado para ambas práticas no decorrer dos 10 anos, situação diferente, contudo, da visualizada no Gráfico 3 para os países da OCDE. É possível entender, nesse ponto, a diferença entre os resultados de Kautoo (2002) e Castles (2005) com os presentes resultados. Os referidos autores indicaram transferências de orçamentos de políticas de renda para serviços públicos, situação oposta a encontrada neste estudo. A explicação pode estar na ampliação dos dados atuais coletados da OCDE, que que diferenciam o contexto da OCDE com o europeu, com efeito dos dados da América do Sul.

Na sequência, a Figura 5 retrata as análises para o continente americano, com ênfase no Brasil, país utilizado como exemplo, na introdução deste estudo, sobre as mudanças contemporâneas na relação renda e serviço público.

Figura 5
Análises Regionalizadas: América



Fonte: OCDE. Obs.: As construções foram limitadas ao período de 2010 a 2019 em função da maior disponibilidade de dados sobre percentuais dos PIBs aplicados em serviços públicos. Aqueles países do Quadro 2 que não possuíam dados completos foram retirados da análise. A análise da América do Sul contou apenas com Brasil e Colômbia, a da América Central com México e Costa Rica e a da América do Norte com os EUA.

Chama atenção nos EUA a elevada distância entre as aplicações em políticas de renda e serviços públicos. Embora tenham ocorrido reformas severas em sistemas de previdência e pensão, as diferenças ainda são elevadas pela baixa disposição de serviços públicos neste país, que tem forte tradição liberal (Polivka & Luo, 2015). A América Central, por sua vez, indica direção oposta: as aplicações de políticas de renda são crescentes nos últimos anos. Talvez a expansão do programa de transferência condicional de renda mexicano (Oportunidades), discorrido por Roque e Ferreira (2015), pode ter sido importante nesse sentido.

Evidencia-se que os países da América do Sul destoaram no sentido de valorização orçamentária de programas de transferência de renda na última década, como demonstra Roque e Ferreira (2015), os quais podem ter influência nos resultados deste estudo para os países da OCDE de expansão das políticas de renda, visualizados no Gráfico 3. Por outro lado, os sistemas previdenciários foram muito discutidos e reformados nessas localidades, o que está indicado na Figura 2 com as quedas das políticas de renda após 2017 (Wang et al., 2016; Botelho & Costa, 2020). Os percentuais dos PIBs aplicados em serviços públicos apresentaram pequenas elevações.

O Brasil, inserido nesse contexto, é um caso peculiar e rico para análise. Os anos de 2010 representaram fortes expansões em políticas de transferência de renda (Roque & Ferreira, 2015; Pase & Melo, 2017), na sequência houve forte avanço em políticas de austeridade, reformas fiscais (com destaque para a previdência social) e crises econômicas (De Bolle, 2020; Carvalho, 2020; Botelho & Costa, 2020), reduzindo as aplicações em políticas de renda. Enquanto isso, os investimentos em serviços públicos tiveram leves valorizações. Ainda é possível notar um alinhamento entre os gráficos de políticas de renda e serviços públicos no Brasil (Figura 2), embora as mudanças de sentido para as políticas de renda sejam mais fortes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam a expansão das políticas de renda, o que permite aceitar a Hipótese 1, apontando que ‘mesmo diante das políticas de austeridade, as políticas públicas de renda apresentaram expansão orçamentária em sua utilização nos países da OCDE, entre 1970 e 2019’. Apesar dos resultados anteriores, entendeu-se que há possibilidade de disputas orçamentárias ‘internas’ nas políticas de renda, ao passo que as elevações estão vinculadas principalmente às políticas de previdência e pensão, o que pode limitar a valorização orçamentária das outras políticas de renda estudadas.

Com base nos testes de correlação e causalidade de *Granger*, ficou evidente que não existiu, entre 2000 e 2019, relações de exclusão (*crowding-out*) entre as políticas de renda e os serviços públicos, embora possa haver uma tendência nesse sentido. A análise em painel *system GMM* confirmou a robustez da relação de causalidade entre as políticas de renda e serviços públicos, entretanto apontou, quando considerados os dados defasados, para um cenário de mudança para *crowding-out*, mais do que a tendência vista pela causalidade de *Granger*.

A despeito da Hipótese 2, foi realizada descoberta mista, indicando período de transformação em cenários socioeconômicos e trabalhistas, o que exige atenção dos governantes e formuladores de políticas públicas, tornando-se necessárias avaliações sobre políticas de austeridade e reformas em sistemas tributários, como forma de valorizar tanto as políticas de renda como os serviços públicos. Os resultados, ademais, apontam que a tendência de *crowding-out* implicaria na retirada de recursos dos serviços públicos para o investimento em políticas de renda.

O exame regionalizado das relações políticas de renda e serviços públicos foi relevante ao diagnosticar os estágios de cada região, continente ou país. Além disso, possibilitou pequenos aprofundamentos nas discussões que podem ser importantes para trabalhos futuros em políticas de renda. Diferentemente do contexto da OCDE, pela análise gráfica, ainda não é possível visualizar ações de exclusão no Brasil, todavia existem reduções tanto para os orçamentos de políticas de renda quanto para os de serviços públicos, o que é preocupante.

Este estudo contribui ao debater sobre as relações entre serviços públicos e políticas de renda no século XXI, diante de contextos diferentes dos visualizados em estudos anteriores e inclusão de ampla base de dados, favorecendo trabalhos futuros na área. Como limitação, destacam-se algumas ausências de dados que reduziram determinadas análises, a exemplo das avaliações entre as décadas de 1970-80 e das análises regionalizadas.

REFERÊNCIAS

- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: monte carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies*, 58(2), 277-297. <https://doi.org/10.2307/2297968>
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2020). *Boa economia para tempos difíceis* (1a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). GMM Estimation with persistent panel data: An application to production functions. *Econometric Reviews*, 19(3), 321-340.
- Blyth, M. (2017). *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Trad. José Antônio Freitas e Silva. Autonomia Literária.
- Bonoli, G., & Reber, F. (2010). The political economy of childcare in OECD countries: Explaining cross-national variation in spending and coverage rates. *European Journal of Political Research*, 49(1), 97-118. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2009.01884.x>

- Botelho, L. H. F., Rodrigues, C., Braga, G., & Costa, T. de M. T. da. (2020). Análise do Acesso às Políticas Sociais, Desenvolvimento e Igualdade nas Capitais dos Estados Brasileiros. *XLIV ENCONTRO DA ANPAD – EnANPAD, Online*.
- Bresser-Pereira, L. C. (2017). Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? *Novos Estudos CEBRAP*, 36(1), 137-151. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201700010007>
- Bresser-Pereira, L. C. (2018). Capitalismo financeiro-rentista. *Estudos Avançados*, 32(92), 17-29.
- Busemeyer, M. R., & Garrizmann, J. L. (2017). *The effect of economic globalization on compensatory and social investment policies compared: a multi-level analysis of oecd countries* (Issue February).
- Carvalho, L. (2020). *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. Todavia.
- Castles, F. G. (2005). Social expenditure in the 1990s: Data and determinants. *Policy & Politics*, 33(3), 411-430.
- Castles, F. G. (2009). What welfare states do: A disaggregated expenditure approach. *Journal of Social Policy*, 38(1), 45-62. <https://doi.org/10.1017/S0047279408002547>
- De Bolle, M. B. (2020). *A pilha de areia: ruptura*. Intrínseca.
- Draibe, S. M., & Riesco, M. (2011). Estados de Bem-Estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, 27, 220-254. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200009>
- Dumitrescu, E. I., & Hurlin, C. (2012). Testing for Granger non-causality in heterogeneous panels. *Economic Modelling*, 29(4), 1450-1460. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2012.02.014>
- Esping-Andersen, G. (1990). As três economias políticas do Welfare State. In *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, Princeton university press.
- Esping-Andersen, G. et al. (2002). *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press.
- Farla, K., de Crombrughe, D., & Verspagen, B. (2016). Institutions, Foreign Direct Investment, and Domestic Investment: Crowding Out or Crowding In? *World Development*, 88, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.04.008>
- Fernandez, R. N., Shikida, C., Rauter Menezes, G., & Martins de Almeida, R. H. (2018). Análise dos Efeitos Crowding-in e Crowding-out para a Economia Brasileira. *SINERGIA - Revista Do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 21(2), 71-80. <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v21n2-7349>
- Gonzalez, L. & Barreira, B. (2020). *Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda: excessivas são a pobreza e a desigualdade, não o auxílio*. FGV-EAESP.

- Granger, C. W. J. (1969). Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. *Econometrica: Journal of the Econometric*, 37(3), 424-438.
- Hemerijck. (2017). A Revolução silenciosa do paradigma de investimento social na União Europeia. In P.H. de A. Rodrigues, I. S. Santos (Org). *Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências*. Editora Hucitec (pp. 25-60).
- Hossain, T., & Li, K. K. (2014). Crowding out in the labor market: A prosocial setting is necessary. *Management Science*, 60(5), 1148-1160. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1807>
- Kautto, M. (2002). Investing in services in West European welfare states. *Journal of European Social Policy*, 12(1), 53-65. <https://doi.org/10.1177/0952872002012001636>
- Kerstenetzky, C. L., & Guedes, G. P. (2018). O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE Is the Welfare State resisting? Recent developments of the social state in OECD countries. *Ciência e Saúde Coletiva*, 23(7), 2095-2106.
- Khoma, N., & Vdovychyn, I. (2020). Deconstruction of the welfare state: The impact of globalization and technological factors. *Revija Za Socijalnu Politiku*, 27(3), 269-285. <https://doi.org/10.3935/rsp.v27i3.1696>
- Kim, Y. Y., & Choi, Y. J. (2020). Does social protection crowd out social investment? *Policy and Society*, 39(2), 208-225. <https://doi.org/10.1080/14494035.2019.1677377>
- Martinelli, L. A. (2020). A Basic Income Trilemma: Affordability, Adequacy, and the Advantages of Radically Simplified Welfare. *Journal of Social Policy*, 49(3), 461-482.
- Noel, A. (2019). The Politics of Minimum Income Protection in OECD Countries. *Journal of Social Policy*, 4(2), 227-227.
- OCDE. (2021). *Declaração do Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, sobre o resultado da Reunião de Ministros das Finanças do G7*.
- Parijs, V. P., & Vanderborght, Y. (2018). *Renda básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã*. Cortez.
- Paterson, B. (2015). Questioning the common sense: was Scottish independence really an alternative to UK neoliberalisation. *Capital & Class*, 39(3), 493-514.
- Pase, H. L., & Melo, C. C. (2017). Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 312-329. <https://doi.org/10.1590/0034-7612150770>
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI* (1a ed.). Intrínseca.
- Polivka, L., & Luo, B. (2015). The Neoliberal Political Economy and Erosion of Retirement Security. *The Gerontologist*, 55(2).

- Roodman, D. (2009). How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. *Stata Journal*, 9(1), 86-136. <https://doi.org/10.1177/1536867x0900900106>
- Roque, D. M., & Ferreira, M. A. M. (2015). O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. *Saúde e Sociedade*, 24, 1193-1207.
- Rossi, P., Dwech, E., & Arante, F. (2018). Economia Política da Austeridade. In *Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil*. Editora autonomia literária.
- Salvador, E. da S. (2017). O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social & Sociedade*, 130, 426-446. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.117>
- Saraceno, F., Semmler, W., & Young, B. (2020). European economic, fiscal, and social policy at the crossroads. *Constellations*, 27(4), 573-593. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12540>
- Silva, F. Q., & Cabral, B. P. (2021). *P&D e Produtividade na Indústria de Saúde Humana no Mundo*. 1210-1223. <https://doi.org/10.5151/v-enei-699>
- Suplicy, E. M. (2004). *Renda Básica de Cidadania: a saída é pela porta* (3a ed.). Cortez Editora.
- Wang, X., Williamson, J. B., & Cansoy, M. (2016). Developing countries and systemic pension reforms: Reflections on some emerging problems. *International Social Security Review*, 69.
- Wispelaere, J. de, & Stirton, L. (2017). When Basic Income Meets Professor Pangloss: Ignoring Public Administration and Its Perils. *Political Quarterly*, 88(2), 298-305.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1º autor	2º autor	3º autor	4º autor
Conceituação	♦	♦		♦
Curadoria de dados	♦		♦	
Análise Formal	♦		♦	
Obtenção de financiamento	♦	♦		♦
Investigação	♦		♦	
Metodologia	♦		♦	
Administração do projeto	♦	♦		♦
Recursos	♦			
Software	♦		♦	
Supervisão		♦		♦
Validação	♦	♦	♦	♦
Visualização	♦	♦	♦	♦
Escrita – primeira redação	♦			
Escrita – revisão e edição	♦			

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses com relação a este trabalho submetido.